



## SEGURANÇA DA FRANÇA E UNIÃO EUROPÉIA

Guy Doly

*Ten Cel do Exército Francês, nascido em dezembro de 1937.  
Serviu alternadamente na Argélia e no Leste da França. É autor do livro  
"Strategie France Europe", escrito em 1975-1976.*

**C**ada época da história é caracterizada pelo relacionamento entre as potências, equilíbrios e desequilíbrios, sendo estes, às vezes, geradores de guerras. O final dos anos 70 constitui uma dessas charneiras históricas em que novos equilíbrios e relações de forças se apresentam. Os dados estratégicos estão em plena ebulição. Vivemos um instante decisivo.

Apoiando-se nas tradições ou nas conquistas mais recentes, nações de potência média, como a França, devem definir um objetivo político — no sentido mais alto do termo — para os próximos quinze ou vinte anos e, conseqüentemente, dedicar-se à análise dos novos dados e fatores de mutação. Em seguida, o estudo objetivo das possibilidades dessas nações deve permitir a seus responsáveis definir as estratégias para a execução de um projeto político orientado para a preservação e expansão de uma sociedade de liberdade e progresso, em oposição à maré de imperialismo ideológico e militar que caracteriza a nova era que se inicia.

Dentre as diversas fórmulas possíveis, a União Européia oferece uma solução razoável, equilibrada e eficaz para que a nação francesa atinja seu objetivo

estratégico no fim do século. A independência absoluta não existe mais num mundo no qual as interdependências e as dependências são a regra; o neutralismo não seria, no caso, mais do que uma palavra, mascarando uma enfeudação de fato.

A exposição que se segue está dividida em cinco etapas:

- definição das sete regras que podem constituir o ideal estratégico de uma grande potência para o fim do século, dentro de quinze a vinte anos, aproximadamente;
- a rápida análise da situação estratégica da França atual;
- o estudo dos fatores conjunturais que justificam, em 1978, uma evolução de nosso conceito estratégico;
- o balanço efetivo da França em 1978;
- finalmente, como a União Européia pode contribuir para a segurança francesa.

## I — SETE REGRAS ESTRATÉGICAS PARA O FINAL DO SÉCULO XX

A primeira etapa, um procedimento estratégico, consiste em definir as regras de uma estratégia ideal para a qual deveremos tender.

### 1ª Regra — *Só a estratégia total é eficaz*

Essa afirmação constitui a base de qualquer estratégia na época atual. Ela não é mais do que a constatação dos fatos. Tornou-se óbvia e, entretanto, só os Estados marxistas a aplicam realmente. Duas conseqüências emanam dessa regra:

- a noção de paz desapareceu, isto é: o direito de guerra que reinava na Europa antes de 1939 não é mais obedecido. A guerra é conduzida sem limitações, com o objetivo de exterminar o inimigo ou de reeducá-lo totalmente, após vencê-lo. Não existem mais diferenças entre tempo de paz e tempo de guerra, entre guerra internacional e guerra civil, entre combatentes uniformizados e combatentes civis armados. A guerra está em toda parte e é permanente.

A guerra não é mais a "continuação da política por outros meios", sim o que se denomina falsamente de paz é que é a continuação da guerra por outros meios;

- a estratégia é total porque ela se aplica a todas as atividades: humanas, das sociedades organizadas e dos Estados. As diversas estratégias gerais que compõem a estratégia total são as estratégias política, moral, diplomática, econômica, tecnológica, etc. . . .

A estratégia militar não é mais do que uma componente da estratégia total, ao lado daquelas que citamos acima, uma componente necessária, sem dúvida,

porém de emprego excepcional, ao passo que as outras, não militares, são as da vida cotidiana, de emprego permanente.

**2ª Regra** — *A estratégia total deve ser conduzida no nível mais elevado; é o nível político que define o inimigo estratégico.*

É a consequência lógica da primeira regra, pois se é fato que a estratégia não é militar unicamente, se esta não é mais do que uma das múltiplas componentes da estratégia total, torna-se evidente que o nível estratégico essencial é aquele que concebe a totalidade da estratégia, porque possui em mãos a totalidade dos elementos que o compõem. É o Estado e o Chefe de Estado. Daí resulta, de um lado, a primazia do político sobre o militar, e, de outro, a necessidade da ligação estreita que deve existir entre o político e o mi

Outra consequência desta regra é que não há estratégia possível sem definição prévia de objetivos políticos. É o que faz a força das estratégias marxistas e mostra a impotência, para não dizer a inexistência, das estratégias ocidentais. É preciso querer um poder político planejado e racional para ter uma existência estratégica.

Finalmente, é o nível político quem define inimigo estratégico. Para os ocidentais esta noção de inimigo é difícil de aceitar e, no entanto, não existe estratégia possível sem definir o inimigo. Particularizando, como justificar uma estratégia defensiva como a do Ocidente se não se diz claramente contra quem desejamos nos defender? Sabemos, em contrapartida, como o marxismo deu, em nossos dias, ênfase considerável à noção de inimigo e de hostilidade. Fortalecido pela ideologia, o ódio torna-se total.

**3ª Regra** — *O objetivo da estratégia é a vontade do adversário.*

Eis uma constante da estratégia que encontramos em Clausewitz, Lenine, Lidell Hart ou Giap. O general Beaufre mostrou que os conflitos contemporâneos são regidos por três elementos psicológicos de persuasão: a desmoralização, a oposição e o medo. Mais do que nunca, a decisão política de um conflito é um acontecimento psicológico que, em realidade, não é mais do que uma capitulação moral.

**4ª Regra** — *A estratégia de ação indireta é a estratégia do presente e do futuro próximo.*

A forma indireta é a única possível, já que a estratégia de ação direta, nuclear ou clássica, parece bloqueada pela lógica implacável da dissuasão nuclear.

A ação indireta se exerce segundo quatro formas, a saber: a guerra limitada do tipo Coréia ou Oriente Médio; a guerra revolucionária, como a da Indochina, Argélia ou Angola; a guerra subersiva que se desenvolve impunemente todos os dias, como em Cuba ou Berlim no início dos anos 60.

**5ª Regra** — *A estratégia de ação indireta implica possuir uma estratégia de dissuasão direta e não exclui um possível emprego deste tipo.*

É necessário equilibrar com a 4ª regra. A estratégia de dissuasão direta, isto é, a estratégia nuclear, impede, há vinte anos, que a União Soviética conquiste a Europa; por outro lado, não se pode conduzir numa estratégia de ação indireta, no mundo atual, sem possuir capacidade de dissuasão.

Não se trata de minimizar a dissuasão nuclear, que é essencial, e sim de situá-la em seu lugar entre as outras estratégias. Sabemos hoje, realmente, que uma dissuasão nuclear, como a da França, não é de nenhum proveito para a nação francesa no caso de uma crise clássica periférica, como a do Líbano, por exemplo, ou face a uma ameaça interna pela subversão, como ocorreu em maio de 1968.

No meio-termo que é o objetivo deste estudo, várias razões postulam uma diminuição do valor dissuasivo da arma nuclear. A inevitável proliferação só pode enfraquecer a racionalidade rigorosa das atuais potências nucleares. Tal racionalidade pode ser posta em causa pela simples mudança dos homens que estão à testa dessas potências. Finalmente, progresso tecnológico aumenta a probabilidade de acionamento diminuindo os tempos de emprego.

Mas há uma conseqüência: se a dissuasão nuclear se enfraquecer, a probabilidade de emprego de forças clássicas, que aquela ameaçava, tende a aumentar em igual proporção. É preciso, pois, dispor de um potencial clássico bem mais vultoso para fazer frente à enorme ameaça clássica do inimigo estratégico.

É necessário possuir toda a gama de forças necessárias: nuclear, clássica e "popular", de um lado, para enfrentar as correspondentes ameaças — é a dissuasão — e de outro lado, poder realizar uma manobra positiva — é a ação.

Face ao extraordinário e permanente aumento de poderio do bloco soviético, se nada for feito para restabelecer o equilíbrio de forças, será tal desequilíbrio que tornará viável o segundo termo da 5ª regra nos próximos anos, isto é, uma estratégia de ação direta, clássica e nuclear, considerada como impossível há mais de trinta anos, será possível na Europa.

#### 6ª Regra — *A guerra é ganha na paz.*

Esta regra me foi inspirada pelo marechal soviético Sokolovski. A surpresa estratégica é possível permanentemente, seja ela econômica, diplomática, tecnológica, política ou militar. É necessário, pois, estar permanentemente pronto.

É preciso estar pronto para enfrentar uma guerra brutal — a surpresa — como para enfrentar uma guerra que pode ser longa, ao contrário do raciocínio habitual dos estrategistas ocidentais, porém de acordo com as teorias do inimigo estratégico. Isso exige uma preparação cuidadosa, que engloba as forças, a economia e a população. A guerra se ganha ou se perde em tempo de paz.

Em virtude dessa regra, se estourasse uma guerra hoje entre o Leste e o Oeste, os países ocidentais, que não a prepararam, seriam vencidos *a priori* pelos países comunistas que vêm-se preparando há anos, moral, militar e industrialmente.

7ª Regra — *Qualquer estratégia unicamente defensiva é uma estratégia condenada.*

Não se constrói a segurança baseada em um conceito defensivo e pacifista. Maio de 1940 foi a prova de invalidade de uma estratégia defensiva, ao abrigo da linha Maginot, face à estratégia total dos nazistas. Charles Hernu denuncia, com justiça, a mesma mentira em relação à dissuasão nuclear isolada.

Para termos uma estratégia ofensiva, porém, é necessário possuir meios. Isso, é evidente, não está mais ao alcance de uma potência média sozinha, qualquer que seja ela. Só as grandes potências podem desenvolver uma estratégia ofensiva.

A teoria estratégica esboçada nessas sete regras é incompleta. Ela só é aplicável por grandes potências. Há cem anos era o caso da França, Grã-Bretanha ou Alemanha. Hoje em dia, somente a União Soviética e os Estados Unidos podem utilizar essa doutrina de estratégia total. Amanhã, talvez, a China possa fazê-lo. As nações médias ou pequenas, inclusive a França, estão condenadas a se ordenar segundo uma outra das grandes potências.

## II — ESTRATÉGIA DA FRANÇA EM 1978

Após havermos citado as sete regras de uma estratégia desejável, devemos examinar o que ora existe, as conquistas, a experiência e a herança da França. O que conta em estratégia é o realismo. Nada de solução de continuidade e sim a própria continuidade. Quais são, em 1978, os fatores de potência e vulnerabilidade da nação francesa? Qual a evolução do conceito francês de defesa?

À custa de um milhão e meio de homens e de sabidas conseqüências econômicas e políticas, a França ganhou, a duras penas, a guerra de 1914-18. Porém ela perdeu duas grandes guerras européias em cem anos e conheceu em 1940 a maior catástrofe de sua história.

Após renunciar ao seu império colonial, a França vê-se hoje reduzida a seu espaço nacional, na situação em que se encontrava há muitos anos e muitos séculos. Não é mesmo possível pensar em que ela volte a sê-lo, tantos são os fatores de potência que mudaram de escala.

O espaço é o primeiro fator geopolítico. Ele dá à França algumas vantagens, tais como: a maior superfície da Europa ocidental, um solo diversificado, uma notável posição no extremo do istmo oeste-europeu, posição marítima privilegiada, contato com a Europa do norte, industrial e rica, como com a Europa mediterrânea e latina. Este espaço possui ainda prolongamentos em ultramar, no Pacífico como no Oceano Índico, nas Américas, que constituem posições preciosas para uma estratégia ativa. A França possui ainda, portanto, inegável espaço vital.

Esse espaço porém oferece, também, pontos sensíveis. Apresenta duas vulnerabilidades militares que são: 3.800 km de costas, quando a ameaça marítima se torna a cada dia mais forte, e uma fronteira terrestre indefensável no nordeste a 300 km de Paris. O espaço francês, sobretudo, não está mais na dimensão das potências mundiais. Os Estados Unidos são 18 vezes o tamanho da França, a URSS 45 vezes, o Brasil 17, o México 4; a França ocupa em superfície o 42º lugar no

mundo. Disso resulta que ela possui fontes de recursos naturais insuficientes, que sua capacidade de encaixe nuclear é reduzida, que entre Metz e Paris só há espaço para uma manobra de exército, dois a três dias de combate. A França não possui mais a dimensão de potência.

Seguindo-se ao espaço, a população é um fator esmagrador de fraqueza. Após ter sido considerada a China da Europa até o fim do século XVIII, o desmoroamento demográfico reduziu a França ao estado de uma pequena população que ocupa provisoriamente o 14º lugar no mundo. Com o decréscimo da natalidade atual, a queda, nesse aspecto, só se acentuará. Sem população suficiente para produzir, assim como para consumir, a França não pode sonhar em crescimento.

Esse grave subpovoamento traz duas conseqüências estratégicas: um espaço insuficientemente ocupado, principalmente quando possui uma riqueza agrícola, cultural e social excepcionais, e o potencial industrial da França só podem despertar invejas. A França se prepara para ter uma população de velhos daqui a dez ou quinze anos. Era a situação de 1939.

Os recursos constituem o terceiro fator a considerar. À França não faltam trunfos tais como: primeira em produção agrícola da Comunidade Econômica Européia, uma notável mutação industrial e terciária desde uns vinte anos atrás, a terceira indústria exportadora de armamentos do mundo.

Mas, apesar disso, ela apresenta vulnerabilidades importantes e numerosas, mormente no campo energético. Como o Japão, e mais ainda do que os outros países europeus que lhe são comparáveis, a França vai tornar-se mais vulnerável ainda, daqui ao final do século, no que respeita a matérias-primas e energia. Isso representa uma grande fraqueza estratégica.

Falta ainda evocar os fatores culturais e psicológicos. Pela cooperação e a francofonia, o idioma francês é um trunfo nada desprezível; da mesma maneira, a excepcional estabilidade política e a imagem de independência e liberdade projetada pelo General De Gaulle.

Contudo, a evolução é favorável à França. A língua francesa não deixa de recuar em sua difícil difusão, e ora é atacada mesmo no interior de nossas fronteiras; não há mais razão para se ter orgulho dela. Psicologicamente, qualquer que seja o rótulo político, a sociedade francesa se caracteriza por um certo espírito de conservantismo social, o espírito tradicional de divisão da nação, as opções feitas pela "inteligentia" e outros que doutrinam freqüentemente os cidadãos e prejudicam sua coesão. Moralmente, os franceses estão desarmados. É um grave fator adverso em estratégia.

É inútil nos estendermos aqui sobre o conceito de defesa da França, familiar a todos aqueles que se interessam por sua segurança. Este conceito é um fato que ninguém, quaisquer que sejam suas opções político-estratégicas, pode questionar novamente. Ele representa a herança do General De Gaulle que, não se pode negar, foi um mestre em matéria de estratégia total. Ela constitui a base sólida

sobre a qual é possível prosseguir a construção, nunca terminada, da segurança francesa.

Ao contrário do que dissemos no início do parágrafo precedente, é interessante evocar as grandes linhas da evolução em curso, que não são mais, convém lembrar, do que a seqüência lógica das evoluções esboçadas pelo General De Gaulle e pelo Presidente Pompidou. Por definição, uma doutrina de defesa deve ser evolutiva. O mais pernicioso seria permanecer estático, esclerosado sobre um conceito velho de dez ou vinte anos. Em matéria de estratégia, não evoluir é condenado.

Três principais correntes de evolução podem ser lembradas:

- a vontade de manter e reforçar o nível das Forças Nacionais de Segurança é a primeira. É uma escolha irrevogável. Do Partido Socialista à maioria, há convergência de 80% dos franceses sobre esse objetivo;
- o desejo de reequilibrar o sistema de segurança em benefício das forças clássicas. Aí também, da maioria que governa à oposição, existe uma real consciência nacional que marcha paralelamente à tomada de consciência das ameaças;
- a vontade de desenvolver a mobilidade e a polivalência das forças, tendo em vista uma estratégia de ação. Do Presidente da República a Jacques Chirac ou Charles Heron, todos são unânimes em desejar a polivalência, tendo em vista uma capacidade de atuação além fronteiras, se a segurança do país o exigir.

Desta maneira, em 1978 e para o último quarto do século, surge um espírito novo entre todos os responsáveis, tanto no poder como na oposição. Ele traduz a consciência de que a estratégia de dissuasão e a "détente" atingiram seus limites nos meados dos anos 70.

Simultaneamente, entre todos esses responsáveis, há a tomada de consciência de que nossa capacidade também tem limites e que a França só pode agir em ligação com os Estados aliados. Michel Jobert tem essa boa fórmula: "Não faremos sozinhos a guerra do petróleo".

Assim, há, pois, atualmente, e constitui um fato novo, uma convergência nacional para o reforço da segurança.

### III — TRÊS FATORES DE EVOLUÇÃO

Tendo definido uma estratégia desejável e examinando o que existe, a terceira etapa consistirá em estudar três parâmetros que postulam uma evolução estratégica. Eles são levados em conta desde 1976 por todos os especialistas no assunto. O presente estudo vai um pouco mais longe, de modo a revelar bem, de um lado, os limites estratégicos de uma média potência e, de outro, a necessidade de sair dos quadros tradicionais das nações para encontrar, em outra escala, o poder total que é o único penhor de segurança.

Esses três parâmetros abalam uma situação que até pouco parecia tranqüilizadora.

O contexto internacional é o primeiro fator. É ele o quadro no qual se insere toda reflexão estratégica. Para a segurança da França e da Europa, 1975 é o ano-chave do pós-guerra, a charneira, a consagração de um novo equilíbrio e de uma nova relação de forças. Depois de trinta anos de guerra fria e depois de coexistência pacífica, o Ocidente cedeu. Em Helsinque perdeu uma batalha diplomática que foi ganha pelos soviéticos. Está em tempo de prestar atenção e tomar consciência porque a próxima batalha terá como meta a própria sobrevivência da Europa Ocidental e de suas liberdades. Se a subversão política e a ameaça militar não forem suficientes para os soviéticos, eles recorrerão à força das armas para ganhar tal batalha.

Em 1978 o contexto internacional não é mais o mesmo que se esperava perpetuar no início da década de 70. No plano estratégico, o que é que o caracteriza?

Face às duas grandes potências, não há ninguém. A China não poderá se constituir em ameaça ao império russo antes de vinte ou trinta anos, no século XX. O Terceiro Mundo não é mais do que o campo livre no qual as grandes potências podem se enfrentar e representa o cacife no jogo da estratégia de ação indireta. A Europa é um cacife mais sensível, um campo de batalha em potencial. Ela não existe como força de decisão mundial, não tem nenhuma autonomia estratégica.

A potência americana ainda não saiu de uma crise grave. Esta resultou do recuo do dispositivo americano no mundo, da redução da ajuda militar aos países estrangeiros, do ressurgimento do isolacionismo e da desmobilização moral.

Qual é o futuro da potência americana para o médio prazo que nos interessa? É preciso reconhecer que, mesmo enfraquecidos para a segurança da França e da Europa que nos preocupa, são os Estados Unidos os únicos capazes de executar uma estratégia de ação pelo Ocidente em oposição à exercida por parte da União Soviética. A incerteza fica por conta do fato de ignorarmos por quanto tempo ainda a América consentirá em carregar sozinha o fardo do mundo livre, enquanto a Europa se apresenta como um rival econômico que se recusa a assumir sua parte na segurança comum.

Em face de uma América enfraquecida, a URSS, ao contrário, vem de conseguir sob a máscara da "détente" a paridade estratégica com o Estados Unidos. O imperialismo americano está em uma fase retroativa, ao passo que o dos soviéticos é, conforme diz Mme. Carrère d'Encousse, uma maré avassaladora que procura ocupar o vazio deixado pelos Estados Unidos.

Será inútil relembarmos aqui o detalhe das grandes negociações estratégicas: SALT, CSCE, MBFR, pois todas são familiares. O que interessa fixar de Helsinque é que a URSS obteve o essencial: o reconhecimento da intangibilidade das fronteiras lhe permite manter seu império europeu, ao passo que o reconhecimento do princípio de não ingerência nos negócios internos lhe faculta cerrar suas fronteiras.

ras às idéias contrárias; isso, é bem verdade, nem sempre é fácil de conseguir, como o demonstram os recentes problemas dos dissidentes.

Assim, com a retaguarda garantida por aqueles mesmos que ela deseja derrotar, ela pode se dedicar aos objetivos seguintes de sua manobra estratégica: após o sudeste da Ásia, o Oriente Médio e a África negra; após a Europa oriental, a Europa ocidental. Em 30 de julho de 1975 Raymond Aron escrevia: "A sorte da Europa oriental está selada, o que de hoje em diante faz do destino da Europa ocidental o objetivo histórico de disputa na competição entre as duas grandes potências". As novas negociações não terão doravante que um só objetivo: desarmar militarmente a Europa. Ela estará, então, à mercê do império russo. Sem combates.

O contexto internacional não é mais aquele do início da década de 70, de enganosa euforia em relação à "détente". Menos ainda aquele que presidiu à elaboração da doutrina estratégica francesa. É tempo de atentar para isto. A "détente" está morta.

O aumento das ameaças é o segundo parâmetro de desequilíbrio. Ele decorre do primeiro. A ameaça existe e o que é novo em todo o Ocidente é que ela retornou tão flagrante que todo mundo fala nela. O general Etcheverry em 1975 dizia no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional: "Dizer hoje em dia que não há mais ameaça é introduzir o cavalo de Tróia da agressão".

É possível, pois, dizer claramente que existe esta ameaça contra a Europa ocidental, já que toda a imprensa escrita e falada a menciona desde o início de 1977: é a ameaça soviética. Ela só é nova no fato de que não há mais equilíbrio entre a superioridade nuclear ocidental e a superioridade clássica soviética. O Ocidente não possui mais a superioridade nuclear e, em compensação, também não atingiu a paridade clássica, ao contrário. A guerra nasce quando há desequilíbrio.

É supérfluo insistir em todos os aspectos desta ameaça externa, clássica e nuclear. O recente livro do General Clossé mostrou sua eficácia. É bastante dizer que a relação entre as forças convencionais do Pacto de Varsóvia e da OTAN é, em média, de 3 para 1, que poderá ser de 6 para 1 na direção de esforço. Isso é muito mais do que o necessário para uma rápida vitória.

A URSS alocou 15% de seu PNB para a defesa, enquanto que a França se vangloriava de ter baixado para 3% do seu PNB os magros recursos que alocava anteriormente. A indústria soviética fabrica atualmente seu material em um ritmo que já é o de guerra. Michel Debré, em outubro de 1975, dizia: "A capacidade da Rússia invadir a Europa é uma realidade impressionante".

É evidente que esta ameaça direta é acompanhada por outras indiretas, ao mesmo tempo sobre os países e as vias comerciais que fornecem à Europa os produtos energéticos e as matérias-primas de que necessita, e no próprio âmbito dos Estados ocidentais onde eles espalham a insegurança política, social e econômica. Os soviéticos aplicam o conselho de Sun Tsu, no século VI a. C.: "A arte suprema da guerra é subjugar o inimigo sem combatê-lo".

Face a esse desenvolvimento das ameaças, a estratégia da França não poderá permanecer passiva, sem o que entregará o país desarmado à ação estratégica do inimigo.

A evolução tecnológica do armamento é o terceiro parâmetro da evolução da estratégia. Não é um critério novo, mas torna-se imperativo porque a tecnologia invade cada vez mais os conflitos, mesmo os mais primitivos. Qualitativamente, as descobertas e as realizações se multiplicam; quantitativamente, as dotações e os estoques crescem. A corrida armamentista se verifica tanto em relação ao armamento nuclear como a toda a gama do clássico. Deve-se acentuar nessa corrida seu aspecto quantitativo. As médias potências, porque não possuem dinheiro, querem fazer crer que, para possuir alguma influência e credibilidade, é suficiente possuir algum material de alto gabarito. É falso.

As perdas brutais nos conflitos modernos exigem considerável quantidade de material de toda sorte. Em dez dias a guerra do Yom Kipur custou 520 aviões (o dobro de nossa Aviação Militar) e 2.800 carros de combate (o triplo de nossos blindados). Hoje em dia, quem não possui meios para durar será derrotado.

Dois idéias podem ser retidas:

- os recentes progressos técnicos, no campo nuclear e clássico, desestabilizam o equilíbrio alcançado no início da década de 70;
- o custo desses progressos torna cada dia mais difícil a presença das médias potências na corrida armamentista, a credibilidade dessas potências só tenderá a diminuir.

A França está consciente e busca aumentar sua colaboração com os países aliados. Ela sabe que seu desejo de independência será cada vez mais limitado por sua capacidade tecnológica e industrial.

#### IV — POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES FRANCESAS

Eis a quarta etapa de nosso trabalho. Quais são, realmente, as perspectivas do orçamento alocado à segurança da França? A 6ª regra estratégica tratou da importância da preparação material.

Três espécies de comparação mostram a grande insuficiência orçamentária nesse aspecto. Tomaremos por base o orçamento de 1976 de 50 bilhões de francos, representando 17,06% do orçamento do Estado e 3,06% do PNB estimado.

A primeira comparação é entre as despesas administrativas e as de equipamento. Em 1976, o título III (administração) corresponde a 58,1% do orçamento contra 48% em 1968: o que se alocou para pessoal, quadros e conscritos foi em detrimento do equipamento que, há vários anos, vem sofrendo rápidos aumentos de preço. É a defesa do país que é sacrificada e não o país que faz sacrifícios. Não é possível encarar o esforço necessário em proveito da fabricação de materiais clássicos se o país continuar egoisticamente a consagrar à segurança 3% de seu PNB. O

poder de compra das três forças vai continuar a diminuir. A hora das opções e das renúncias está chegando.

É possível examinar conjuntamente as outras duas relações que são; a relação entre o orçamento militar, de um lado, e o orçamento geral e o PNB, de outro lado, e a relação entre o orçamento militar francês e o das outras médias potências. Em 1975 a porcentagem do PNB consignado pela França à sua defesa era de 2,9% contra 4,1% da República Federal Alemã, 4,6% da Grã-Bretanha, 7,3% dos Estados Unidos e mais de 10% da URSS. O orçamento militar da França, em relação ao seu PNB, caiu de 3,21% em 1971 para 2,94% em 1974. Nesse mesmo prazo, na Alemanha Ocidental ele subiu de 3,3% para 3,6%, na Grã-Bretanha de 5% para 5,2% e na URSS de 10,3% para 10,6% (talvez em realidade tenha sido de 13% para 15%).

Com um orçamento tão pobre, a França não pode efetivamente garantir sua segurança. O Sr. Sanguinetti estima que 5% é um dado normal para uma potência de médio porte e o Sr. Henu propõe 4,5%.

A porcentagem do PNB consignada pela França para sua defesa é, pois, uma vez e meia menor do que a das outras potências que lhe são comparáveis. Devemos ainda salientar três diferenças suplementares, a saber:

- em 1974, o PNB francês era de 1.300 trilhões de francos face a 1.860 da RFA e 6.700 dos Estados Unidos, o que acentua mais ainda a diferença;
- com 3% do PNB alocado contra os 4 a 5% da Grã-Bretanha e da Alemanha Ocidental, a França ainda pretende uma independência total em matéria de equipamento;
- devemos recordar que esses países não têm os encargos nucleares da França e podem destinar seus orçamentos às forças clássicas, particularmente a Alemanha.

Assim, é fácil compreender porque só temos uns quarenta Plutões, porque temos menos carros de combate do que a Inglaterra, a Alemanha, Egito, Israel ou Síria e tantos quanto a Jordânia, porque temos menos aviões do que a Síria, o Egito ou a Polônia e tantos quanto a Tchecoslováquia e, finalmente, porque não temos suficientes navios de guerra para simplesmente controlar nossas costas. A União Soviética produz atualmente em seis semanas o número de carros de combate que possuímos na França, isto é, 800 a 900.

Para o futuro, por razões de capacidade tecnológica e industrial e, principalmente, pelo orçamento, a distância vai aumentar mais ainda, em detrimento da França. É preciso, então, quer adotar uma ambição estratégica na medida de nossos fracos meios e renunciar não só a qualquer política mundialista mas também a qualquer papel regional mais importante, quer fazer outras opções.

Eis chegado o momento do balanço. A França não pode mais pretender fazer tudo. A doutrina estratégica apresentada no início deste artigo fixa o limite: só

existe estratégia total e segurança total. A evolução necessária, focalizada no item III e pelas três razões ali expostas, exige um importante desenvolvimento das forças clássicas para a dissuasão, a ação na Europa e fora dela.

É possível, então, estabelecer um balanço consoante as possibilidades de segurança da França:

- A França possui a capacidade financeira e tecnológica para realizar uma dissuasão que tenha credibilidade na estratégia nuclear, tendo a estratégia interna ou "popular" baseada na conscrição. Essas duas estratégias são assunto de um grande consenso nacional.
- A França não possui capacidade financeira e tecnológica para realizar simultaneamente uma dissuasão na estratégia clássica, quer se trate de manobra na Europa ou de ação externa na bacia do Mediterrâneo ou no resto do mundo. É lamentável porque o país possui, pela tradição gaulista, uma vocação para a política mundial. Mas não está mais a seu alcance. Pode-se enunciar quatro soluções possíveis, a saber:
- *a independência na neutralidade*; porém a França não é bastião montanhoso, como a Suíça, nem um refúgio florestal, como a Escandinávia. Como diz Charles Hernu: "A França desarmada, neutra e desinteressada dos outros estará certa de que os outros não se interessariam por sua sorte?"
- *a independência mundialista*; porém já se virou a página da história, e é preciso reconhecer, sem dissimulação, que a França nunca mais terá o peso e os meios das grandes potências atuais e futuras.
- *a dependência*; porém os franceses evidentemente não desejam tornar-se uma colônia americana e, muito menos, um satélite soviético.
- finalmente, a *união européia* surge como única solução estratégica que leva em conta as duas realidades seguintes: de um lado, o fim de uma independência nacional total e, de outro, a vontade nacional de não ser dependente de uma grande potência e, particularmente, do imperialismo ideológico e militar que vai procurar controlar a Europa Ocidental nos próximos anos.

## V — SEGURANÇA DA FRANÇA, UNIÃO EUROPÉIA E ESTRATÉGIA DE AÇÕES

É esta a quinta e última etapa deste estudo estratégico. Vamos examinar as perspectivas oferecidas por uma segurança concebida na escala da Europa. Só esta pode assegurar a segurança da França, ao mesmo tempo que dá, às diferentes nações que a integram, a possibilidade de uma estratégia de ação independente.

Pode-se constatar *a priori*, pois é um dado estratégico, que há um consenso geral sobre o papel da Europa na opinião pública, em especial na francesa, na

oposição como no governo, de Jacques Chirac a François Mitterrand, como o deseja o próprio presidente da República.

É necessário rever o objetivo político, a grande meta estratégica de uma nação, cada quinze ou vinte anos. O General De Gaulle o fixou em 1958 como sendo a independência nacional da França e a capacidade nuclear. Já foi colimado. A fim de prosseguir o movimento iniciado e preservar o que já se conseguiu, para evitar a estagnação e o recuo, é preciso fixar agora um novo objetivo para o final de século. Chegou a hora da Europa.

Os vizinhos da França têm o mesmo interesse, a mesma organização social, econômica, política e moral a defender. A Europa atual, gigante econômico, é um anão estratégico dividido entre as duas grandes potências.

A União Européia oferece à França o respeito por sua identidade de democracia social e política. Ela permite que se constitua um contrapeso ao poder americano e que se renegocie a Aliança do Atlântico para reequilibrá-la, como deseja o Partido Socialista. Permite ainda, como querem 80% dos franceses, deter o apetite do imperialismo soviético, que necessita controlar a Europa para atingir seu objetivo de hegemonia mundial.

Voluntariamente afastamos desta exposição os dois outros escalões que têm implicação na segurança européia. Vemos a montante o escalão político e cabe aos políticos dizer o que deve ser a Europa política e realizá-la. A jusante vemos o escalão operativo e tático de organização e o emprego das forças, e aí a experiência da OTAN, como a do Pacto de Varsóvia, demonstram que a coordenação e a integração de forças nacionais não criam problemas maiores aos responsáveis militares desde o momento em que os políticos hajam tomado as decisões.

No plano estratégico, a Europa traz à França o espaço e a população, as possibilidades financeiras e industriais para aparelhar as forças nuclear e clássica que as nações médias isoladas não podem fazer. Face ao bloco, impiedosamente agressivo e coeso, do inimigo estratégico, a Europa traz à França o bloco unido, construtivo e ativo de países livres com destinos, desde agora, solidários.

Os países da Comunidade Econômica Européia gastaram em 1975 da ordem de 50 trilhões de dólares para sua segurança, contra 93 dos Estados Unidos e 104 da URSS. Não há dúvida de que a União Européia poderia dobrar os créditos consignados à segurança por cada um de seus membros encarados isoladamente e atingir o nível orçamentário das outras duas grandes potências.

Assim, a União Européia poderia constituir um parceiro estratégico na medida das duas potências do condomínio, adquirir a capacidade de dissuasão nuclear e clássica, possuir os meios clássicos para uma estratégia ativa no conjunto do mundo, ter uma política universal na linha do General De Gaulle, como almejam o Presidente da República, o Sr. Jacques Chirac ou o Sr. Charles Hernu. Ela poderia participar nas grandes negociações estratégicas em pé de igualdade com os outros.

Se quiser garantir sua segurança total sem cair na dependência de outros, a França, assim como seus vizinhos, só tem uma solução que é a da união. Uma Europa unida pode reencontrar a condição de grande potência, daqui até o final do século, e a estratégia correspondente.

\* \* \*

Concluiremos dizendo que a realização da segurança comum da Europa vai ser um objetivo essencial nos próximos anos. A segurança será a argamassa da unificação política.

A comunidade econômica está bloqueada e até mesmo regredindo, o que é a prova de que ela não constitui um meio de aproximação suficiente. A história dos povos mostra que uma coesão só se efetiva diante de uma ameaça. A crescente realidade da ameaça em volta da Europa e nela própria tornou-se tão evidente que a classe média a comenta com inquietude. A história é testemunha que a unidade só se efetiva pela adesão — todas as pesquisas mostram que, na França como entre nossos vizinhos, a opinião pública deseja essa união.

Todo o emperramento da Europa resulta do fato de não se falar ainda em segurança, ao passo que esta vai se constituir nos próximos anos na pedra-de-toque da unificação política.

Os próximos anos terão uma importância histórica. A Europa sobreviverá na unidade e no reencontro da força, ou então ela sucumbirá nos egoísmos e nas mediocridades de suas divisões, por não ter sabido evoluir. Chegou a hora da opção.

*Traduzido pelo Maj Cav Paulo Marcos*